



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TURISMO

PROJETO DE LEI Nº 3.679, DE 2024

Acrescenta dispositivo na Lei nº 11.771, de 2008, para tratar do apoio às regiões turísticas atingidas por eventos climáticos.

Autor: Deputado André Figueiredo

Relator: Deputado Paulo Litro

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.679, de 2024, de autoria do Deputado André Figueiredo, acrescenta dispositivos à Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para incluir, dentre os objetivos da Política Nacional de Turismo, o apoio às regiões turísticas atingidas por eventos climáticos ou desastres naturais.

Nesse sentido, o autor argumenta que o propósito é ajudar a mitigar os impactos de desastres naturais ou emergências, auxiliando na recuperação e preservação de destinos turísticos, além de apoiar a população local.

A proposição recebeu despacho para a apreciação das Comissões de Turismo e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Na Comissão de Turismo, o projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

A proposta tramita em regime ordinário (art. 151, III RICD) e a matéria está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões da Câmara dos Deputados.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do inciso XIX do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete à Comissão de Turismo apreciar matéria referente aos assuntos atinentes à política e sistema nacional de turismo, à exploração das atividades e dos serviços turísticos e à colaboração com entidades públicas e não governamentais nacionais e internacionais, que atuem na formação de política de turismo. Dessa forma, compete a esta Comissão proferir paracer acerca do mérito do Projeto de Lei nº 3.679, de 2024.

O projeto de lei em exame acrescenta dispositivos à Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para incluir, dentre os objetivos da Política Nacional do Turismo, o apoio às regiões ou municípios turísticos em Estado de Calamidade Pública decorrente de desastres naturais ou eventos climáticos.

Para tanto, a proposta altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, estabelecendo o apoio a Municípios ou regiões turísticas oficialmente reconhecidos como em situação de emergência ou estado de calamidade pública como um dos objetivos da Política Nacional de Turismo.

Ademais, o Projeto de Lei acrescenta a determinação de que o Plano Nacional de Turismo será elaborado com o intuito de promover a formulação de diretrizes e estratégias para apoiar os destinos turísticos brasileiros localizados em Municípios reconhecidos oficialmente em situação de emergência ou Estado de Calamidade Pública.

Os dados comprovam que o setor de turismo é extremamente vulnerável às mudanças climáticas. Pesquisa





CÂMARA DOS DEPUTADOS

encomendada pelo Ministério do Turismo e conduzida pelo Instituto de Pesquisa de Reputação e Imagem (IRPI) demonstram que 27% dos brasileiros entrevistados deixaram de realizar viagens de lazer devido às mudanças climáticas intensas.

Além disso, 63% dos entrevistados acreditam que as alterações climáticas estão prejudicando a atividade turística¹. A pesquisa aponta ainda que o turismo é visto pelos brasileiros como uma atividade muito importante para a economia, atrás apenas dos setores de tecnologia e do comércio. O levantamento também revela que a exploração do turismo é associada com benefícios para as cidades.²

Nesse sentido, importante observar os números do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), que evidenciam que o setor de Turismo contribuirá com R\$ 881 bilhões ao PIB do Brasil em 2024. Atualmente, o setor movimenta 7,7% da economia nacional. Durante o ano de 2023, a atividade foi responsável por 7,76 milhões de empregos em todo o País.³

No entanto, não se pode esquecer que o turismo é um fenômeno humano e discricionário, no qual o turista espera encontrar condições favoráveis que proporcionem qualidade da experiência e bem-estar.

Dessa forma, observamos que o impacto econômico decorrente de desastres naturais ou eventos climáticos é catastrófico para setor de turismo, um setor extremamente importante para a economia do país.

¹ Fonte: <https://sagresonline.com.br/pesquisa-revela-que-brasileiros-ja-sentem-impacto-das-mudancas-climaticas-no-turismo/> acesso em 05.12.2024

² Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/mudancas-climaticas-ja-afetam-turismo-no-brasil-diz-pesquisa/#:~:text=Os%20dados%20mostram%20que%2063,efeitos%20de%20altera%C3%A7%C3%A3o%20de%20clima>. Acesso em 05.12.2024

³ Fonte: https://www.panrotas.com.br/mercado/pesquisas-e-estatisticas/2024/05/turismo-movimentara-us-1693-bilhoes-no-brasil-em-2024-preve-wttc_205961.html#:~:text=Atualmente%20o%20setor%20representa%207,empregos%20em%20todo%20o%20Pa%C3%ADs.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Tais situações exigem que o Poder Público estabeleça mecanismos de apoio às regiões ou municípios turísticos em situação de emergência, ou estado de calamidade pública decorrente de desastres naturais ou eventos climáticos.

Assim, a recuperação do setor turístico em caso de eventos climáticos danosos deve ser uma das prioridades da Política Nacional de Turismo.

Portanto, observando-se todas as considerações, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.679, de 2024.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado Paulo Litro
Relator

